

Defensor da fé: Geoffrey Elton e a Filosofia da História *

Geoffrey Roberts **

Quando Sr. Geoffrey Elton faleceu em dezembro de 1994, os obituários naturalmente ressaltaram suas contribuições para a História da Inglaterra do período Tudor. Seu nome será para sempre identificado com os Tudor e seus inúmeros manuais, monografias e textos sobre a Inglaterra pré-moderna devem certamente figurar como uma das maiores conquistas no trabalho histórico. Mas Elton deixou um outro legado igualmente importante: uma vigorosa defesa da história tradicional, narrativa – história como a reconstrução e o contar de histórias sobre experiências humanas passadas, ações, reflexões e aspirações.

A primeira e mais famosa incursão de Elton pela Filosofia da História foi *The Practice of History*¹ – um manifesto, disse ele, partindo de suas experiências no estudo, escrita e ensino de História. Seu trabalho seguinte foi *Political History: Principles and Practice*², no qual ele argumentou a favor da centralidade e da importância da ação política no estudo do passado e desenvolveu profundamente seus conceitos sobre a natureza da explicação histórica. Em *Which Road to the Past?*³ ele debateu o mérito da história “tradicional” versus a “científica” com o historiador econômico norte-americano Robert Fogel. Posteriormente, veio o estudo de seu herói, o grande historiador legal vitoriano *F. W. Maitland*⁴ e, finalmente, *Return to Essentials: Some Reflections on the Present State of Historical Study*⁵ – uma reafirmação de sua fé nestas “convicções e práticas fora de moda” que formam seu trabalho.

Elton apresentou seus textos sobre a natureza e métodos da história não como filosofia, mas como uma descrição do que historiadores ativos como ele faziam. Para fazer tal exposição de maneira coerente e convincente era necessário explicar e defender os pressupostos fundamentais que embasavam práticas tradicionais da disciplina. O resultado cumulativo dos esforços de Elton foi uma persistente defesa do que pode ser chamado de exposição das ações humanas no passado: a visão de que a história não era o resultado de estruturas sociais, forças objetivas ou (como argumentam alguns pós-modernos) discursos linguísticos, mas de agentes humanos autônomos, e que, para explicar e compreender o

* Texto gentilmente cedido pelo autor. Inicialmente publicado em *Chronicon* 2, UCC, 1997, e também em *The Historian*, no 57, Primavera de 1998. Disponível em www.ucc.ie/chronicon/elton.htm

** Departamento de História, University College, Cork, Irlanda. E-mail: g.roberts@ucc.ie

passado, os historiadores devem gerar uma exposição das ações destes agentes em seus próprios termos, como eles foram vividos e desenvolvidos naquela época.

A visão de Elton sobre a natureza e o estudo da história tinha um ponto de partida simples: no passado, haviam pessoas como nós, seres racionais dotados de pensamentos, sentimentos, ambições, preocupações e problemas. Estas pessoas viveram e fizeram escolhas e seus atos produziram os eventos, efeitos, criações e resultados que formam a história. Quando as pessoas agiam, praticavam suas vontades e faziam escolhas no passado, elas forjavam seu futuro e criavam nosso presente. A história era para Elton explicável, mas as variedades, complexidades e surpresas da razão e pensamento humano em diversas situações fizeram dela algo imprevisível.

Elton estava acima de tudo preocupado em afirmar a responsabilidade por parte daqueles que estudam o passado em reconhecer sua humanidade: “O reconhecimento de que, em todo momento passado o futuro era essencialmente imprevisível e sujeito a escolhas humanas, encontra-se no centro de um estudo que respeita o passado e lhe permite vida própria. Se homens (e mulheres) são tratados como desprovidos de escolha, sua razão é destruída; o produto é uma história que deshumaniza a humanidade.”

No conceito de história de Elton, uma história da existência e de atividades humanas, havia pouco espaço para aquelas forças de grande escala, tendências, estruturas e padrões que cientistas sociais gostam. Tudo na história – os eventos do passado – acontece para e por meio das pessoas. Categorias sociológicas podem ser úteis anotações descritivas de movimentos e resultados, mas continuam sendo abstrações incapazes de explicar ações e eventos específicos – os detalhes e particularidades de acontecimentos no passado criados por pessoas reais fazendo algo. “A história lida com as atividades dos homens, não com abstrações,” escreveu Elton.

Isso não significa que para Elton o passado deva ser tomado como um campo livre de agentes atuando conforme suas vontades. Todos os eventos ocorrem em um contexto, condições particulares e circunstâncias de reflexão e ação. Mas este contexto constitui uma série de influências e limitações, não uma força transcendente dirigindo ou determinando a ação. Se existe alguma força transcendente na história, afirmou Elton, é a capacidade humana de praticar a razão e a reflexão, o que nos possibilita transcender o contexto, modificá-lo e fazer história.

Elton desenvolveu seu entendimento de causa na história (o que fez as coisas acontecerem no passado) em *Political History: Principles and Practice*. A tarefa dos

historiadores, ele afirmou, era explicar os eventos do passado. Eles o faziam ao inverso, trabalhando os efeitos conhecidos até chegar a suas causas. Por “causas”, ele entendia aqueles “eventos prévios, ações, pensamentos e situações” relevantes à explicação do evento a ser explicado. Ele dividia tais causas em dois tipos: causas situacionais e diretas.

As causas situacionais são aquelas circunstâncias e condições que fazem um evento possível ou influenciam um resultado histórico particular. As causas diretas são aqueles fatores humanos que fazem algo acontecer. E são as últimas que são decisivas: enquanto as causas situacionais (que são de qualquer maneira criações humanas) produzem contextos, são as causas diretas – o exercício do desejo humano – que fazem história.

“As causas diretas explicam porque o evento aconteceu realmente; as causas situacionais explicam porque as causas diretas foram levadas à cabo,” disse ele.

Elton ilustrou esta idéia com referência ao tipo de explicação que ele propôs em *Reformation Europe, 1517-1559*⁶. As causas situacionais - como o estado da igreja, o ressentimento nacionalista de papas italianos, a insatisfação espiritual, o crescimento do humanismo e o desejo de riqueza eclesiástica -, permitiram ou encorajaram um resultado histórico particular (a divisão da Igreja de Roma). Mas este resultado foi obtido por ações tais como as de Lutero e outros reformadores, os movimentos separatistas dos príncipes alemães, o pedido de divórcio de Henry VIII e o programa político de Thomas Cromwell visando um distanciamento político de Roma.

Elton tinha outro motivo para realçar a importância das causas diretas e intencionais dos eventos históricos: estas são as causas que um historiador pode demonstrar (pelo menos em princípio). As causas diretas na história são fundamentalmente cadeias de ação e reação humanas que podem ser reconstruídas através das evidências. E para Elton as evidências reinavam, seu uso e interpretação era o fio-condutor do método histórico e da reivindicação do historiador de ser capaz de descobrir e contar histórias verdadeiras sobre o passado.

Elton afirmou que o que diferenciava a história de outras abordagens ao estudo de assuntos humanos era o papel da evidência em gerar e limitar, bem como validar, as afirmações e conclusões dos historiadores. Por evidência Elton quer dizer todos os depósitos (em sua maioria textos escritos e registros) de reflexões e ações humanas passadas e seus resultados. O método histórico consiste no exame crítico dessas evidências e, idealmente, apenas dessas evidências para a reconstrução das causas de eventos históricos.

Elton denominou esta abordagem à evidência como método “empírico ou livre de tese”, o que significa que os historiadores devem estar comprometidos em permitir que

interpretações do passado surjam das evidências. Como um exemplo desta abordagem, ele gostava de citar sua famosa interpretação em *The Tudor Revolution in Government*⁷. Da leitura de documentos, Elton afirma ter emergido sua interpretação sobre a transformação por Thomas Cromwell da Inglaterra em um Estado centralizado, administrado e soberano.

Na argumentação pela primazia da evidência no trabalho histórico, Elton teve que lutar com o argumento que a intrusão da subjetividade humana na interpretação e seleção dos “fatos” negava o que eram consideradas verdadeiras crônicas do passado. Historiadores são humanos e existem histórias parciais e subjetivas bem como histórias balanceadas e objetivas. Além disso, afirma Elton, o processo de pesquisa histórica não deve ser uma questão de selecionar fatos para provar uma tese ou argumento (má história), mas a reconstrução de um passado real habitado por indivíduos reais que fizeram coisas que realmente aconteceram (boa história) – e a veracidade de tais reconstruções deve ser verificada e julgada em relação a toda evidência conhecida, não apenas aquela apresentada em uma crônica individual.

Apesar da robusta defesa de Elton da “boa história,” ele estava bastante consciente do quão limitado era o conhecimento do passado suprido por historiadores. Não era apenas uma questão da natureza frequentemente inadequada e fragmentada das evidências que nos restam e os necessários recursos à especulação, à inferência e ao “preenchimento das lacunas.” Ele reconheceu que também haviam problemas inerentes à natureza do empreendimento histórico como uma investigação de ações passadas dirigida pelas evidências e também embasada na racionalidade.

Em uma notável passagem de *The Practice of History*, Elton comentou: “Toda avaliação de evidências deve ser um trabalho de intelecto, da faculdade racional. O historiador não tem outra possibilidade senão trabalhar assumindo que o que aconteceu pode ser explicado racionalmente e que as evidências são um produto de atos que podem ser descobertos pela razão. Mas, mesmo assim, todos nós sabemos que isso não é bem verdade, que agimos, reagimos e refletimos por motivos que pouca relação têm com a razão, e sob influências – tais como pouca saúde, uma briga com pessoas não envolvidas na transação, caprichos e falta de reflexão – que podem, mas raramente aparecem na ... evidência”.

Elton também percebeu as dificuldades e limites na maneira em que os resultados de pesquisas históricas são apresentados. Elton era a favor de uma escrita da história na forma de “narrativas engrossadas por análise” – histórias de ações e reações humanas no tempo pontuadas por densas discussões e explicações de causas diretas e situacionais. Mas nenhuma narrativa, necessariamente formada por uma seqüência linear de frases, poderia

adequadamente capturar a simultaneidade de reflexões e ações, a complexidade e multiplicidade de causas e a interconectividade de eventos. A vida seria uma bagunça na qual os historiadores impõem ordem, forma, padrão, significado e inteligibilidade. “Num sentido bastante real, a história não pode ser corretamente escrita.”, concluiu Elton.

A solução para estes problemas não se encontra no abandono da razão como uma ferramenta de pesquisa ou da suposição com a finalidade de inteligibilidade, mas no reconhecimento dos limites das verdades oferecidas por historiadores. Elton também se consolou com sua idéia de que “o historiador ... deve admitir os limites da racionalidade ... a razão também existe e os homens certamente agem sob ela, conscientemente, na maioria do tempo.” Por isso, o significado e a ordem que existem na história não são uma invenção dos historiadores. Eles surgem da natureza dos seres humanos - criaturas reflexivas e racionais em sua luta consciente para atingir metas inteligíveis.

A afirmação do papel da razão em assuntos humanos também se encontrava no centro da concepção de Elton da finalidade de se estudar história. O estudo da história é um exercício racional cuja finalidade é ampliar a área de experiência individual ensinando sobre o comportamento humano. “A história,” escreveu Elton em *Return to Essentials*,

... oferece o laboratório no qual a experiência humana é analisada, destilada e engarrafada para consumo. As chamadas lições da história não ensinam a fazer isso ou aquilo agora; ensinam a pensar: mais profundamente, mais completamente, e, com base em uma experiência bastante ampliada, sobre o que pode ser possível ou desejável para se fazer agora... Através de uma experiência pessoal bastante ampliada, a história pode nos ajudar a crescer – a resistir aqueles que, com determinação positiva ou negativa, nos forçariam nas camisas-de-força de suas supostas respostas aos problemas da existência.

Como os historiadores conduziram este exercício de racionalidade era, para Elton, crucial. A rejeição dos historiadores de todos os paradigmas - exceto a suposição da razão e da escolha humanas - asseguravam sua liberdade ante todas as autoridades com exceção das evidências. Na preservação de sua liberdade intelectual, insistindo na primazia da evidência e simplesmente declarando o que aconteceu e por que, os historiadores contribuem para a liberdade de pensamento e ação de todos. “O historiador, treinado para a liberdade, oferece como presente a crítica cética, que é a liberdade,” afirmou Elton em seu discurso presidencial de 1976 à Royal Historical Society em “The Historian's Social Function”⁸.

Elton deixou bem claro que não oferecia a historiadores e estudantes um tratado, mas um manifesto – uma declaração de fé nas suposições de seu ofício e um guia para as diferenças separando-os de seus colegas nas ciências humanas.

Em uma ocasião, Elton escreveu: “a história é uma busca infinita pela verdade, com a única certeza em cada fim de que haverá mais a ser dito e que, logo mais, outros o dirão.” No caso da “filosofia” de Elton muito do que ele disse foi dito por outros – Isaiah Berlin, Carl Becker, R. G. Collingwood, Pieter Geyl, até mesmo Jack Hexter – e algumas vezes até melhor. Mas como um dos maiores praticantes de seu ofício e como um dos poucos francos defensores daquilo que ele chamava de “bastião sitiado de história empiricista e não-ideológica,” Elton merece ser lido e escutado mais do que a maioria.

Notas sobre as fontes

Os livros citados no texto são a principal fonte para as idéias de Elton sobre a filosofia da história, mas vários outros textos importantes foram publicados em seus *Studies in Tudor and Stuart Politics and Government, IV* (Cambridge, 1992). Existe também a transcrição de uma entrevista com Elton conduzida por Bob Scribner, que pode ser encontrada no Instituto de Pesquisa Histórica em Londres. O Discurso Presidencial de Elton à RHS foi publicado em *Transactions of the Royal Historical Society*, 1976.

O trabalho de Elton como historiador foi analisado em uma conferência da RHS no “Legado Eltoniano” em março de 1997. Os documentos desta conferência foram publicados em *Transactions of the Royal Historical Society*, 1997. Entre estes documentos, encontra-se o artigo de Quentin Skinner “*Sir Geoffrey Elton and the Practice of History.*” Outra análise do trabalho histórico de Elton é B. L. Beer, “*G. R. Elton: Tudor Champion*” em W.L. Arnstein (ed), *Recent Historians of Great Britain* (Iowa State University Press, 1990).

Uma extensa crítica da filosofia da história de Elton é apresentada por K. Jenkins, *On ‘What is History?’: From Carr and Elton to Rorty and White* (London 1995). Para a réplica, veja G. Roberts, *Postmodernism versus the Standpoint of Action*, *History and Theory*, 36 (1997).

NOTAS

¹ Elton, Geoffrey Rudolph, Sir. *The practice of history*; posfácio de Richard J. Evans. 2ª edição. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. viii, 224 p. (nova versão do original de 1969).

² _____. *Political History: Principles and Practice*, Londres: Penguin Press, 1970.

³ FOGEL, Robert William; ELTON, Geoffrey Rudolph, Sir. *Which road to the past? Two views of history*. New Haven (CT) e Londres, 1983.

⁴ ELTON, Geoffrey Rudolph, Sir. *F.W. Maitland*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1985.

⁵ _____. *Return to essentials: some reflections on the present state of historical study*. Cambridge: 1991.

⁶ _____. *Reformation Europe 1517-1559*. Blackwell Publishers, Oxford, 1999.(original de 1963)

⁷ _____. *The Tudor Revolution in Government. A study of administrative changes in the reign of Henry VIII*. Cambridge University Press, 1953.

⁸ _____. "The Historian's Social Function", *Transcripts Royal Historical Society*, 5th ser, xxvii, 1977.